

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 77.^a (Sessão Extraordinária)
Realizada em 9 de Junho de 1971 - (Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Arizone Araújo e Domício Scaramella.

As 16,30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiraldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva, Muggiati Filho (44); achando-se ausentes os srs. deputados: Antônio Lopes Júnior, David Federmann e Pinto Dias (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 19-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 7-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo, a firmar convênio, através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma ponte de alvenaria, sobre o Rio Iraí, naquela comuna. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 14, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 20-71.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA

1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 6a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e trinta minutos, após o término da Sessão Plenária, do dia três de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados: Cândido M. M. Oliveira, Acyr José, Emílio Carazzai, Armando Queiroz, Gilberto Carvalho, Igo Losso e Maurício Fruet, suplente do senhor deputado José Muggiati Filho. Presente ainda, o senhor assessor, Dr. José Maria Zanardini de Camargo. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da 5a. Reunião Ordinária e o Termo de Ata da 6a. Reunião Ordinária, tendo sido requerida dispensa de leitura pelo senhor deputado Emílio Carazzai. Nada constando da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N.º 17-71, de autoria do senhor dep. David Federmann. Dá nova redação ao art. 11, da Lei 6.120, de 1.7.70, e ao art. 139, da Lei 6.174, de 16.11.70. Relator deputado Gilberto Carvalho. Parecer: Favorável. O deputado Cândido Manoel requer vista do Processo. Deferido.

2) PROJETO DE LEI N.º 22-71, de autoria do senhor deputado Maurício Fruet. Autoriza o P. E. construir um Grupo Escolar no Bairro de Santa Cândida, município de Curitiba. Relator deputado Emílio Carazzai. Parecer: Favorável. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 30-71, de autoria do senhor deputado Lázaro Dumont. Declara de Utilidade pública o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina. Relator dep. Emílio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 51-71, de autoria do senhor deputado Maurício Fruet. Declara de utilidade pública a Loja Teosófica do Paraná, com sede e fôro em Curitiba. Relator deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 57-71: de autoria do senhor deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Autoriza o P. E. criar na sede do Município de Colorado, um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator deputado Cândido Manoel. Parecer: contrário. Rejeitado. Designado novo relator de acordo com o voto vencido, deputado Emílio Carazzai. 6) PROJETO DE LEI N.º 60-71: de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 9-71, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar na Administração indireta e vinculado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES). Relator deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Havia sido concedido o pedido de vistas do deputado Cândido Manoel, que hoje devolve, com cinco emendas por ele apresentadas. Em Discussão: O Deputado Cândido Manoel, antes da apresentação de suas emendas, faz considerações sobre o Projeto em pauta, louva o objetivo da FIDES, estranhando apenas que não seja mencionado o total da renda líquida que dará base à Fundação. O total aproximado pelo menos. Não sabe se caberia ainda, um pedido à Secretaria de Trabalho e Assistência Social, sobre isso, sendo questão puramente burocrática, o que é desnecessário. Emenda n.º 1: Em discussão: no art. 5.º, inciso II, após a palavra Fundação acrescenta-se o seguinte: do qual fará parte um representante do Ministério Público a ser indicado pelo Procurador Geral da Justiça." O deputado Armando Queiroz requer que seja feita votação nominal. Deferido. Deputados: Emílio Carazzai, Armando Queiroz, Gilberto Carvalho, Acyr José e Igo Losso: contrários. Deputados: Maurício Fruet e Cândido Manoel. Favoráveis. REJEITADA a emenda. Emenda n.º 2: Exclua-se do art. 2.º, o seguinte: "VI: Serviço de Educação dos Excepcionais, criado pelo Decreto

n.º 15.265, de 25.6.64". Em discussão: O Deputado Cândido faz considerações, atendendo solicitação do deputado Gilberto Carvalho: argumentando que o Serviço de Excepcionais não é problema de assistência social e sim de educação. O deputado Maurício Fruet pede aparte, para apoiar o autor, dizendo que em Santa Catarina já existe uma Fundação para excepcionais. O Deputado Cândido diz que a Secretaria de Educação e Cultura deveria encaminhar a esta Assembléia, mensagem criando a Fundação para excepcionais. Em Votação: Deputados: Emilio Carazzai: favorável. Maurício Fruet: favorável. Armando Queiroz: favorável. Igo Losso: favorável. Acyr José: favorável. Cândido Manoel: favorável. APROVADA a emenda. Emenda n.º 3: Exclua-se do art. 2.º, o seguinte: "VII: Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, instituída pela Lei 691, de 13.9.51". Em discussão: O autor justifica sua emenda: a FATR já recebe parte da renda líquida da loteria do Estado, e além do mais ela desenvolve um trabalho que não é meramente assistencial, e sim de orientação ao trabalhador. O Estado deverá ter um órgão para isso, para fazer a Orientação, que é o papel da FATR. Não vê razão para uma fundação ser incluída em outra. Assim como o Serviço de Excepcionais tem objetivos outros ao assistencial. Esclarece ainda, que foi procurado por elementos da FATR, solicitando sua exclusão do projeto em pauta. O deputado Armando Queiroz solicita esclarecimentos: se as corporações que constam na FIDES não serão independentes e não incorporadas? O deputado Cândido Manoel diz que pela leitura do Projeto não é o que se conclui. Além do mais, a Fides, será um organismo superdotado, tendo em vista a verba da loteria que lhe será consignada. O deputado Igo Losso diz que a Fundação incluída no Projeto, nada mais é do que uma vontade majoritária, tendo em vista que quem rege a fundação é o próprio Governo, e na prática a FATR tem se resumido unicamente na atividade assistencial. O que o deputado Cândido Manoel discorda, argumentando que a Secretaria de Agricultura está capacitada ao serviço de orientação do trabalhador. Em votação: Deputado Emilio Carazzai: contrário. Deputado Armando Queiroz: contrário. Deputado Gilberto Carvalho: contrário. Deputado Acyr José: contrário. Deputado Igo Losso: contrário. Deputado Maurício Fruet: favorável. REJEITADA a emenda. Emenda n.º 4: Exclua-se, do art. 2.º, o parágrafo único que diz: "Outras instituições, mesmo no setor privado, a critério do Governador do Estado, poderão integrar a Fundação". Em discussão: O autor, deputado Cândido Manoel justifica sua emenda: A Fides, com objetivo social, necessita de uma lei do crivo da Assembléia, é justo que quando o governo quiser colocar outros organismos, poderá fazê-lo com outra lei autorizando. O que não seria coerente, que, através de Decreto, o governo integre à Fides outros órgãos, mesmo particulares, sem a devida apreciação desta Casa. O Senhor Presidente solicita que o deputado Emilio Carazzai assuma a Presidência, para que possa discutir a emenda em pauta. O senhor deputado Wilson Brandão argumenta que se tem que confiar no Poder Executivo, dando-lhe oportunidade de colocar outras entidades dentro da Fides. Em votação: Deputado Emilio Carazzai: contrário. Deputado Armando Queiroz: contrário. Deputado Gilberto Carvalho: contrário. Deputado Igo Losso: contrário. Deputado Acyr José: contrário. Deputado Maurício Fruet: favorável. REJEITADA a emenda. Emenda n.º 5: Exclua-se do art. 6.º, a expressão: ou de outros organismos que passarem a integrar a Fundação". Em discussão: O deputado Cândido Manoel, retira a emenda, que está prejudicada, tendo em vista que a emenda n.º 4 foi rejeitada. Aprovado o Parecer do deputado Emilio Carazzai e a emenda n.º 2, do dep. Cândido Manoel. 7) PROJETO DE LEI N.º 61-71: de autoria do senhor dep. Antônio Franco Ferreira da Costa. Autoriza o P. E. doar ao Ginásio Leão XIII, um imóvel de propriedade do Estado, situado em Paranaguá, com as características que especifica. Relator deputado Cândido Manoel: Requer que o mesmo seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo. Deferido.

8) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3-71: de autoria do deputado Antônio Lopes Júnior e outros. Dispõe sobre o horário de início das Sessões ordinárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Relator deputado Acyr José. Parecer favorável com uma emenda substitutiva e ainda outra emenda do dep. Gilberto Carvalho. Em discussão: O deputado Maurício Fruet solicita que o referido projeto seja convertido, digo seja protelada a sua discussão, tendo em vista a modificação do Regimento Interno que se irá fazer, conforme Comissão Especial já constituída. O senhor Presidente responde dizendo que o pedido não é regimental, e pede que o deputado Emílio Carazzai assuma a Presidência para que possa discutir o projeto. O deputado Wilson Brandão fala que é uma tomada de posição que deve ser encarada pelo aspecto não somente legal, mas também particular de cada um. O deputado Maurício Fruet e o deputado Igo Losso solicitam que o referido projeto seja encaminhado à Comissão Especial que já está instalada. O deputado Acyr José solicita que se dê ciência ao Plenário em honra ao autor do Projeto. O deputado Wilson Brandão esclarece que é um ônus da Comissão de Constituição e Justiça dar parecer sobre o Projeto, e que seria interessante aprovar a solicitação dos deputados Maurício Fruet e Igo Losso. O deputado Wilson Brandão volta à Presidência da Mesa. O deputado Emílio Carazzai fala, que conforme o art. 48, do Regimento Interno da Casa, nós estamos exorbitando de nossas funções, compete à esta Comissão examinar os aspectos legais e constitucionais e ao Plenário que é soberano, compete decidir sobre o mérito da matéria. Diz ainda que votará favorável ao Projeto embora possa em plenário vir a votar contra, o membro da Comissão não fica vinculado ao seu voto no parecer. É favorável pelo fato de há dezesseis anos atrás, haver entrado com um projeto idêntico que foi rejeitado. O deputado Maurício Fruet reafirma seu requerimento. Em discussão: O deputado Emílio Carazzai esclarece que quando o Projeto é convertido em diligência não há necessidade de discussão e aprovação dos demais membros. Deferido, pelo Senhor Presidente, o pedido de diligência junto à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno. 3) PROJETO DE LEI N.º 100-70: de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Eleva para Cr\$ 150,00, a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n. 1.535, de 2.12.53. Relator deputado Emílio Carazzai. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N.º 169-70, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20-70. Fica estendido os benefícios dos artigos 1.º e 5.º, do Projeto de Lei n. 133-70, aos Membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas. Relator deputado Igo Losso. Parecer: solicita seja convertido em diligência junto ao Departamento Legislativo. Deferido. 11) PROJETO DE LEI N.º 251-70, de autoria do senhor deputado Wilson Fortes. Cria uma Escola Normal, em Maria Helena. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 12) PROJETO DE LEI N.º 253-70, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria uma Escola Comercial em Guairacá. Relator deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 13) PROJETO DE LEI N.º 287-70, de autoria do senhor deputado Túlio Vargas. Autoriza o P. E. a declarar de utilidade pública a Associação Curitiba de Ensino, desta Capital. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. PROPOSIÇÕES NRS.: 18-71, 19-71, 20-71, 21-71 e 23-71, todas com relatório favorável, estando em condições de serem apreciadas pelo Plenário. PROPOSIÇÕES NRS. 86-70 e 120-70 que estão com o prazo vencido, tendo relatório pelo Arquivamento. Aprovadas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada por mim, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.